

ELEIÇÕES

Lula usa inflação para atacar Bolsonaro...

Ex-presidente diz que alta do índice se deve a "um governo irresponsável"

» JORGE VASCONCELLOS

No momento em que o PT anuncia a intenção de rever a reforma trabalhista e de promover outras mudanças na economia, caso volte ao poder, o pré-candidato do partido, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, responsabilizou o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo alto índice de inflação em 2021, de 10,06%, o maior desde 2015, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

"É importante o povo saber que boa parte da inflação neste país se deve aos preços controlados por um governo irresponsável. Segundo o IBGE, em 2021, a gasolina ficou 47% mais cara; o diesel, 46%; o botijão de gás, 36%", disse Lula, ontem, pelas redes sociais. "E hoje é 12 de janeiro. O ano mal começou, e o Brasil já enfrenta a primeira alta nos combustíveis de 2022. Já o aumento do salário mínimo (agora, de R\$ 1.212), este ano, não vai sequer cobrir a inflação", acrescentou.

Em resposta às críticas do opositor, Bolsonaro comparou o consolidado da inflação em 2021 com o resultado do pior momento do governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Em 2015, o IPCA, índice oficial da inflação, fechou em 10,67%.

"Se eu não me engano, em 2014, 2015, a inflação foi de 10% também. Aponte-me qual crise aconteceu nesses dois anos. Não teve crise nenhuma. Nós tivemos aqui a questão do covid. Com a política do 'fique em casa', a cadeia produtiva sofreu solavancos. E a inflação é uma questão natural", defendeu-se, em entrevista à *Gazeta Brasil*.

Nos últimos dias, Lula, apontado pelas pesquisas como favorito na corrida ao Planalto, vem intensificando o debate sobre a

Estádio Conteúdo



Lula: "O aumento do salário mínimo, este ano, não vai sequer cobrir a inflação"

economia, no momento em que o governo Bolsonaro colhe pês-simos resultados no setor.

O ex-presidente e lideranças do PT têm defendido a revogação da reforma trabalhista, aprovada no governo Michel Temer (MDB), para o caso de vitória do partido nas eleições.

A proposta tem sido criticada por políticos e representantes do mercado. Além disso, causou preocupações ao ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (sem partido), que o PT tenta atrair para ser vice na chapa de Lula.

Ao mesmo tempo, especialistas apontam que a reforma trabalhista não surtiu os efeitos esperados. "Essa é uma discussão atualíssima, tendo ainda mais em vista que, no Brasil, a reforma trabalhista não gerou os milhões de empregos que os defensores disseram que ela geraria", afirmou o professor José Oreiro, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

...e é chamado de criminoso

Com o ano eleitoral em marcha, o presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a atacar adversários e, durante evento oficial no Palácio do Planalto, afirmou que "bandidos" e "canalhas" não podem voltar ao governo. Sem mencionar nominalmente, o chefe do Executivo criticou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lidera as pesquisas de intenção de voto para o pleito de 2022.

"Muitos de vocês, a maioria de vocês que trabalham comigo, poderiam estar muito bem fora, na iniciativa privada, mas estão aqui dando a sua cota de sacrifício, ajudando este Brasil a, realmente, vencer esta crise e fazer, também, com que não volte para as mãos de bandidos, canalhas, que ocupavam esse espaço aqui para assaltar o país para um projeto de poder", declarou Bolsonaro, durante o lançamento de linhas de crédito para o setor de aquicultura e pesca.

Petrobras

O presidente também voltou a dizer que o PT "assaltou" a Petrobras. "E querem reconduzir à cena do crime o criminoso, juntamente com Geraldo Alckmin? É isso que queremos para o nosso Brasil?", questionou, em referência às articulações para que o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, que deixou o PSDB, concorra como vice-presidente na chapa encabeçada por Lula.

O presidente também acusou o petista de já estar negociando cargos para um possível terceiro mandato. "Não tenho provas, mas vou falar: como é que aquele cidadão Lula está conseguindo apoios apesar de uma vida pregressa imunda? Loteando ministérios, para algum partido já oferecere a Caixa Econômica", disse.

Moro tenta avançar na seara evangélica

» INGRID SOARES
» CRISTIANE NOBERTO

Pré-candidato à Presidência da República, o ex-ministro da Justiça Sergio Moro (Podemos) tem tentado atrair a confiança da ala evangélica, apoiadora do presidente Jair Bolsonaro (PL). De acordo com o mais recente levantamento do Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), para as eleições deste ano, esse segmento está dividido entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o atual chefe do Executivo.

Na pesquisa, 34% do grupo religioso disse ter intenção de votar no petista, enquanto 33% afirmaram que optarão por Bolsonaro. O ex-ministro, por sua vez, apareceu apenas com 7% da preferência.

Para tentar reverter a situação, Moro tem promovido encontros com representantes desse eleitorado. O principal interlocutor do ex-juiz é Uziel Santana, fundador e ex-presidente da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure). Ele tem ajudado na coordenação da pré-campanha e apresentado o político do Podemos como um "conservador moderado e democrático".

No fim do mês passado, Moro se reuniu com o pastor R.R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus. Já no último dia 7, dedicou parte de sua agenda na Paraíba ao pastor Estevam Fernandes. "Ouvir e aprender com pessoas de princípios e valores é essencial neste projeto de construir um Brasil mais justo", escreveu Moro, no Twitter. Ao todo, ele já se reuniu com cerca de 40 líderes evangélicos.

Ainda que parte do segmento

Crédito:Dida Sampaio/AE



Moro tem como interlocutor, no segmento, o fundador de uma associação evangélica

demonstre insatisfação com o governo, Bolsonaro ainda é um nome forte no meio por defender os "valores cristãos". Segundo o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, deputado Gilberto Abramo (Republicanos-MG), mesmo que o eleitorado das igrejas esteja dividido, é "óbvio que o evangélico vai procurar quem defenda seus princípios".

O parlamentar frisou que o assunto Moro não está sendo discutido pelo partido, do qual é presidente estadual, mas ele mostrou cautela em relação ao pré-candidato. "O meu sentimento é de que há questionamentos quanto a índole dele. Um juiz que quebra as regras, será que ele também

não quebrará ao assumir um mandato como presidente? Essa preocupação existe em várias pessoas", sustentou.

A deputada Dra. Vanda Milani (Solidariedade-AC) foi taxativa: "Não está claro quais são os objetivos de Sergio Moro". De acordo com a parlamentar, o ex-juiz não possui os valores cristãos e, para ela, a maioria dos evangélicos tende a continuar com Bolsonaro. "Considerando os valores cristãos, acredito que é Bolsonaro mesmo. O que ele (presidente) vem fazendo poderá ser visto com mais tempo, daqui a dois anos", disse. "Sobre Moro, eu nem acredito que a candidatura vingue."

Na avaliação do cientista político André César, sócio da

Hold Assessoria, há dois grupos de evangélicos: os históricos, como batistas, presbiterianos, anglicanos e neopentecostais. Segundo o especialista, é este último que está mais dividido. "Bolsonaro começa a enfrentar uma resistência porque Lula chegou e está se colocando como alternativa. Ele ganha espaço, pois as pessoas já o conhecem", enfatizou.

César destacou que Moro é um desconhecido se comparado a Bolsonaro, que está com a máquina na mão, e Lula, que tem legado. "Moro é um cara novo, muito diferente. Quem quer ser presidente, tem de estar no meio desse eleitorado. O problema é que não vejo como vai fazer isso", comentou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Com muitos candidatos, terceira via é um fracasso anunciado

Cerca de dois anos e meio após o golpe de Estado de 1964, que destituiu o presidente João Goulart, o político que havia defendido aquela intervenção militar desde a eleição do presidente Getúlio Vargas, em 1950, o ex-governador da então Guanabara Carlos Lacerda fez uma surpreendente autocrítica e convocou seus antigos inimigos a se unirem contra os militares. Lançada em 28 de outubro de 1966, a Frente Ampla uniria os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, para restaurar a democracia.

Lacerda havia sido aliado do centro das decisões do governo do marechal Castelo Branco. Tentou, sem êxito, estruturar um novo partido, uma vez que a grande maioria da sua legenda, a União Democrática Nacional (UDN), principal base de apoio do governo no Congresso, ingressou no novo partido situacionista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Os deputados da Guanabara fiéis à orientação de Lacerda, entretanto, ingressaram no opositorista Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em julho de 1966. As negociações de Lacerda com Juscelino, cassado em junho de 1964 e exilado em Lisboa, avançaram com relativa facilidade, pois ambos haviam apoiado o golpe de Estado; porém, com o ex-presidente Goulart, foram mais difíceis.

A tensão entre os militares e os principais líderes políticos que apoiaram o golpe crescia. Em 3 de outubro, o Congresso elegeu o marechal Artur da Costa e Silva à Presidência da República, que, nove dias depois, cassaria os mandatos de seis parlamentares, entre eles Doutel de Andrade, um dos articuladores da Frente Ampla. O arenista Adatao Lúcio Cardoso, presidente da Câmara dos Deputados, reagiu, afirmando que a decisão sobre as cassações de mandatos era competência da Câmara. Em resposta, no dia 21, o governo prendeu Doutel e fechou o Congresso.

A Frente Ampla foi finalmente lançada por Lacerda, em 28 de outubro de 1966, por meio de um manifesto dirigido ao povo brasileiro e publicado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*. Em 19 de novembro de 1966, na Declaração de Lisboa, Lacerda e Kubitschek anunciaram que suas divergências estavam superadas e integrariam uma frente ampla de oposição ao regime. Dez meses depois, Lacerda firmou, em Montevidéu, uma nota conjunta com Goulart, na qual a Frente Ampla era caracterizada como um "instrumento capaz de atender... ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais".

Comícios foram realizados em São Paulo (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), em dezembro de 1967, e no Paraná (Londrina e Maringá), no início de abril de 1968. Simultaneamente, houve grandes manifestações estudantis em todo o país, em protesto contra a violência policial que, em fins de março, no Rio de Janeiro, resultara na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. As atividades da Frente Ampla, porém, foram proibidas, em 5 de abril, por intermédio da Portaria nº 117 do Ministério da Justiça. Em 13 de dezembro, com a edição do Ato Institucional nº 5, houve o definitivo fechamento do regime.

Ambições solitárias

A Frente Ampla defendida por Lacerda, Juscelino e Jango viria a se materializar muito mais tarde, na eleição de Tancredo Neves, no colégio eleitoral, em 1985, que morreu antes de tomar posse. Recebera o apoio de líderes que até então apoiavam o regime militar, como José Sarney (o vice que assumiria a Presidência), Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel e José Agripino. Velhos adversários foram capazes de deixar as diferenças de lado quando a necessidade os obrigou a se unirem. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-governador Geraldo Alckmin, adversários em São Paulo desde as eleições de 1982, sinalizam uma aliança nessa linha.

Entretanto, os candidatos que defendem a chamada terceira via, até agora, não parecem dispostos a um entendimento, mantendo candidaturas que, isoladamente, não estão sendo capazes de romper a polarização existente entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que é franco favorito, e o presidente Jair Bolsonaro (PL), até agora com lugar cativo no segundo turno. Se as eleições fossem hoje, Lula venceria no primeiro turno, com 45% dos votos, segundo Pesquisa Genial Quaest, divulgada ontem. Bolsonaro (PL) teria 23% dos votos e Sergio Moro (Podemos), 9%. O ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT) ficaria com 5% e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), 3%. A senadora Simone Tebet (MDB) teria 1%. Nas respostas espontâneas, embora Lula registre 27% e Bolsonaro, 16%, o nível de indecisos ainda é elevado: 52%.

MORO, CIRO, DORIA E TEBET NÃO PARECEM DISPOSTOS A UM ENTENDIMENTO, EMBORA, ISOLADAMENTE, NÃO CONSIGAM ROMPER A POLARIZAÇÃO LULA (PT) X BOLSONARO (PL)